



## O Brasil pós-pandemia e os desafios ao desenvolvimento: a quem interessa o Estado mínimo?



Imagem: robidob.com e sintrajufe

### AUTORAS E AUTORES DA PUBLICAÇÃO

Andrea Gama - Carmem Feijó - Conrado Krivochein - Daniel Consul de Antoni

Eduardo Mantoan - Eliane Araújo - Fábio Henrique B. Terra - Fernando A. Teixeira

Júlia Leal - Larissa Naves de Deus Dornelas - Linnit Pessoa - Luiz Fernando de Paula

Mateus Coelho Ferreira - Paulo Gonzaga M. de Carvalho - Pedro Lange Netto Machado

Roberta Costa - Vinicius Brandão - Vinícius Centeno

[www.finde.uff.br](http://www.finde.uff.br) - [facebook.com/findeuff](https://facebook.com/findeuff)



# FINDE

GRUPO DE PESQUISA EM  
FINANCEIRIZAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO  
Universidade Federal Fluminense

---

*Artigo do BOLETIM FINDE: v.2, n.2, 2021*

## **Mercado de trabalho: 10. trimestre de 2021**

*Por Vinicius Brandão*

**O BRASIL PÓS-PANDEMIA E OS DESAFIOS AO  
DESENVOLVIMENTO:  
A QUEM INTERESSA O ESTADO MÍNIMO?**

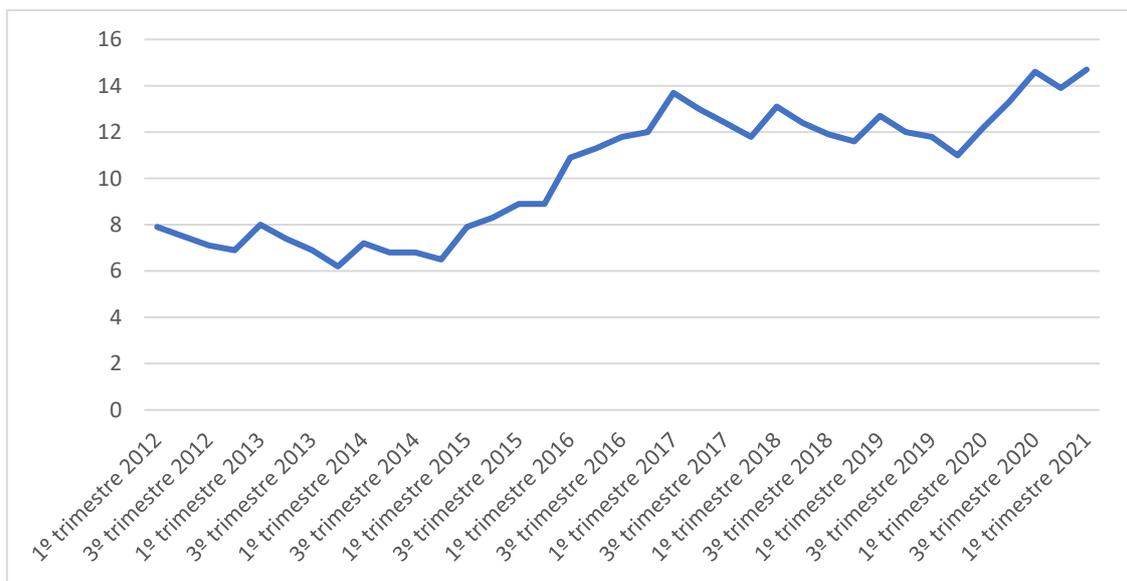
## Mercado de trabalho: 1o. trimestre de 2021

*Vinicius Brandão – doutorando e economia pela UFF e pesquisador do Finde*

A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) referente ao trimestre terminado em março de 2021 divulgada na última semana de maio apresentou que a taxa de desemprego no Brasil alcançou a marca de 14,7%, o maior valor da série histórica da PNAD. Todavia, é importante analisar que apesar dos efeitos da pandemia do novo Coronavírus, a trajetória de elevação do desemprego não começou em 2020, apenas se acentuou nesse período.

Como é possível verificar no Gráfico 1, o movimento de ascensão da taxa de desemprego no Brasil começa durante o primeiro trimestre de 2015 e passa por um período de alta constante até o primeiro trimestre de 2017, ponto no qual atinge a marca de 13,7%. Entre o primeiro trimestre de 2017 e o primeiro trimestre de 2020, período imediatamente anterior à deflagração da pandemia, a taxa de desemprego fica praticamente estável e passa por uma leve queda, a qual fez com que o indicador apresentasse a taxa de 12,2% em março de 2020.

**Gráfico 1: Taxa de desemprego no Brasil - 1º Tri 2012 até 1º Tri 2021**



Fonte: PNAD Contínua – IBGE. Elaboração própria.

O período de maior ascensão da taxa de desemprego entre março de 2015 e março de 2017 pode ser analisado como resultado da recessão econômica no Brasil nos anos de 2015 e 2016. Além disso, nesse período destaca-se o ajuste recessivo iniciado durante o Governo Dilma Rousseff com Joaquim Levy no Ministério da Fazenda e tendo

continuidade com o Governo Michel Temer. Ressalta-se, contudo, que após dois anos de recessão econômica, a recuperação econômica e do nível de emprego é modesta, mantendo a taxa de desemprego praticamente estável entre os anos de 2017 e 2020. Verifica-se, portanto, que no período pré-pandemia o Brasil convivia com um patamar elevado de



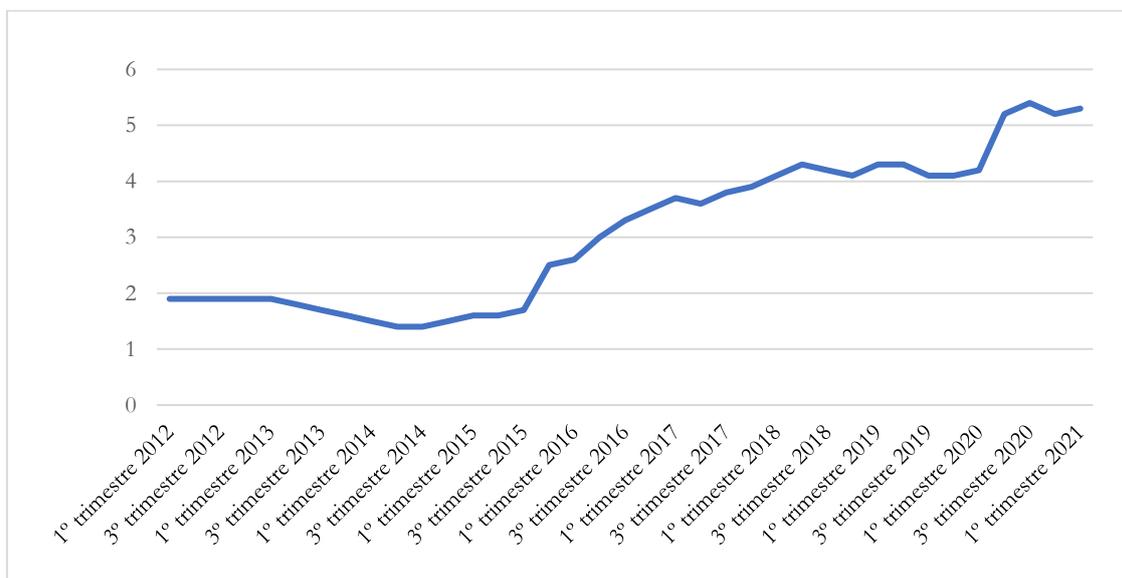
desemprego, o qual é expandido a partir do segundo trimestre de 2020.

Durante esse período, ressalta-se que o Brasil novamente estabilizou a taxa de desemprego em um patamar ainda mais elevado que o anterior. Visto que com exceção de uma leve recuperação durante o último trimestre de 2020, a taxa de desemprego brasileira encontra-se estabilizada em um patamar próximo aos 15%. Todavia, é necessário salientar que outros indicadores de emprego apresentam que essa taxa de desemprego pode estar ainda subnotificada devido ao aumento do número de pessoas desalentadas e também de pessoas com subocupação de emprego devido à insuficiência de horas trabalhadas.

Como é possível verificar no Gráfico 2, o percentual de pessoas desalentadas, aquelas que

desistiram de procurar empregos, cresceu no Brasil. O percentual de pessoas nessas condições subiu de 4,2% no primeiro trimestre de 2020 para 5,3% no primeiro trimestre de 2021. Apesar de uma das justificativas que podem ser apresentadas para o aumento nesse indicador ser as características dessa crise econômica decorrente de uma crise sanitária, é importante apresentar que esse movimento é comum nas crises econômicas de forma geral. Ainda no gráfico 2 é possível verificar que também ocorre um movimento de alta nesse índice entre 2015 e 2017. Dessa forma, a manutenção do percentual de desalentados no Brasil nesse patamar não deve ser analisada apenas como um reflexo do nível elevado de contaminações e mortes no Brasil, mas também como um reflexo do aprofundamento da crise econômica e da baixa perspectiva da população de melhora nesse cenário.

**Gráfico 2: Percentual de pessoas desalentadas no Brasil**



Fonte: PNAD Contínua – IBGE. Elaboração própria.

Além do percentual de pessoas desalentadas no Brasil, aponta-se também para a piora no nível das pessoas com insuficiência de horas trabalhadas. A partir desse indicador é possível verificar que o percentual de pessoas que não possuem emprego ou não trabalham a quantidade de horas que estariam

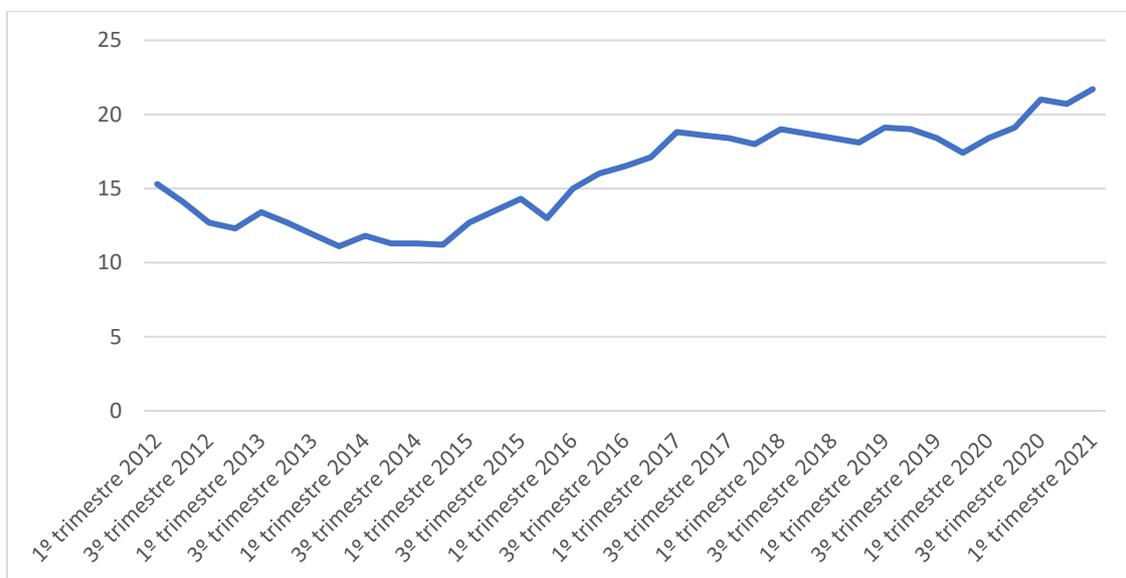
dispostas a trabalhar é ainda maior. Como apresentado no Gráfico 3, a taxa combinada de desemprego e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas alcançou o pico de 21,7% no primeiro trimestre de 2021. Contudo, vale ressaltar que a trajetória desse índice é similar à taxa de



desemprego convencional, ou seja, ela já se encontrava em um patamar elevado no período

anterior à crise gerada pela pandemia do Coronavírus e tem seu nível acentuado entre 2020 e 2021.

**Gráfico 3: Taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas no Brasil**



Fonte: PNAD Contínua – IBGE. Elaboração própria.

A questão do mercado de trabalho no Brasil e a elevação do desemprego, dos desalentados e da taxa de subocupação não deve ser encarada apenas como um efeito colateral da pandemia do Coronavírus. Para além desse fator é importante ressaltar a gestão macroeconômica no Brasil no período anterior à pandemia e a ausência de políticas diretas eficientes de combate ao desemprego e de estímulo à economia no período atual.

### Reforma Trabalhista

Acerca do período compreendido entre a recessão da economia brasileira entre os anos de 2015 e 2016 e a deflagração da nova crise econômica em 2020, o Brasil passava por um período de redução do investimento público em percentual do PIB e também pela adoção de medidas que limitavam o espaço fiscal para atuação do Estado, como é o caso da PEC 95 aprovada em 2016, conhecida como PEC do Teto dos Gastos. Além disso, em 2017 foi aprovada também a

Reforma Trabalhista, a qual apesar de ser aprovada sob a justificativa de incrementar a quantidade de postos de trabalho, facilitava às empresas a contratação de empregados sem carteira de trabalho assinadas sem incorrer em ilegalidade.

Entre os principais pontos da Reforma Trabalhista estão a regularização do trabalho intermitente, a qual possibilita inclusive a remuneração abaixo do salário-mínimo, além da legalização da contratação de trabalhadores autônomos e trabalhadores que recebem seus pagamentos a partir da abertura de um CNPJ. Filgueiras (2019) aponta que de forma geral, o argumento central dos defensores da Reforma Trabalhista é a redução dos custos do trabalho e essa redução de custos por si só teria a capacidade de gerar novos postos de trabalho.

Todavia, desde a entrada em vigor da Reforma Trabalhista em novembro de 2017, o que se verificou no Brasil foi a manutenção do desemprego em



patamar elevado e uma maior elevação a partir do primeiro trimestre de 2020. Além disso, quando analisada a proporção das pessoas empregadas entre o trimestre terminado em novembro de 2017 e o trimestre terminado em março de 2021, verifica-se que houve uma redução do percentual de trabalhadores com carteira assinada, o qual passou de 36,1% para 34,5% e aumento nos trabalhadores por conta própria com ou sem CNPJ, os quais passaram de uma participação 25% para 27,8% entre as pessoas ocupadas.

### **Programas de Manutenção de Emprego e Auxílio Emergencial**

Desde a deflagração da pandemia do Coronavírus a única política direta relacionada ao mercado de trabalho foi o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Esse programa consiste basicamente na possibilidade de acordo entre empregador e funcionário, de suspensão do contrato de trabalho ou também a redução proporcional de salário e jornada de trabalho. Para os empregados que realizem esse tipo de acordo, o Governo Federal pagaria um benefício emergencial nos moldes do Seguro-Desemprego. Esse programa esteve em vigor de abril a dezembro de 2020 e foi retomado no final de abril de 2021 com validade de 4 meses e possibilidade de prorrogação.

Apesar da importância de se instituir um programa que vise reduzir o número de demissões durante a pandemia, verifica-se que esse foi um programa de emprego destinado a evitar novas demissões em um mercado de trabalho com desemprego em patamares elevados. Dessa forma, mesmo com a taxa de desemprego no Brasil em trajetória crescente, não houve políticas de fomento direto à criação de postos de trabalho no Brasil.

Para além disso, as medidas de manutenção de renda como o programa supracitado se apresentam insuficientes para tentar suprir a queda na renda da

população brasileira. Visto que um programa com remuneração aos moldes do Seguro-Desemprego representa que os trabalhadores com contratos suspensos ou reduzidos terão uma redução na renda auferida, com exceção daqueles que recebem um salário-mínimo.

Além disso, é importante jogar luz para o fato de que o Brasil é um país com alta taxa de informalidade. Segundo os dados da última PNAD Contínua referente ao primeiro trimestre de 2021, 11% de toda a população ocupada no Brasil estava empregada no setor privado sem carteira de trabalho assinada, para além desse número há ainda 4% da força de trabalho no Brasil que atua como empregado doméstico sem carteira assinada. Comparando os dados referentes à março de 2021 com março de 2020, é possível verificar que houve uma redução 3,5 milhões de pessoas ocupadas com carteira de trabalho e redução de 1,3 milhões de pessoas ocupadas no setor privado sem carteira de trabalho. Essa redução concomitante apresenta que para além da redução dos postos de trabalho formais durante a pandemia, também houve uma queda nos postos de trabalho informais, os quais representam uma parcela que não possuem acesso a mecanismos de proteção de renda, como seguro-desemprego, FGTS ou até mesmo o Programa de Manutenção de Emprego e Renda lançado pelo Governo Federal durante a pandemia.

Além da questão da redução dos postos de trabalho e da informalidade, é importante analisar a insuficiência do auxílio emergencial aplicado durante os anos de 2020 e 2021. O primeiro auxílio emergencial aprovado em abril de 2020 pelo Congresso Nacional concedia R\$ 600,00 para trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos, desempregados ou pessoas com renda familiar per capita de até um salário-mínimo ou renda total máxima de até três salários-mínimos, além disso era concedido um adicional de



R\$ 600,00 para pais ou mães solteiros. O programa nesses moldes durou cinco meses e durante os quatro meses subsequentes teve os valores do benefício reduzidos pela metade. O programa ficou suspenso entre janeiro e março de 2021 e voltou a ser pago em abril de 2021 com parcela média de R\$ 275,00 e para uma parcela da população ainda mais restrita.

Dessa forma, verifica-se que além da não inserção de políticas diretas de emprego para reverter a trajetória de alta da taxa de desemprego no Brasil as políticas de renda foram limitadas. Programa nos moldes do auxílio emergencial com maior abrangência seriam formas de garantir o poder de compra da população brasileira. Para além de ser uma forma de garantia das condições básicas de sobrevivência, esse tipo de auxílio tende a conceder um impacto positivo para a economia como um todo, especialmente a nível local, visto que contribui para a manutenção do nível de demanda da população. A título de exemplo, os Estados Unidos em março de 2021 disponibilizaram uma parcela única de US\$ 2.000,00 para os cidadãos americanos com renda anual de até US\$ 75.000,00, como forma de estímulo à retomada da economia.

Nesse sentido, a despeito do patamar elevado da taxa de desemprego no Brasil, não é possível verificar políticas públicas que apresentem a possibilidade de uma reversão desse cenário no curto prazo. Mesmo com a possibilidade de avanço da

imunização da população adulta brasileira contra o Coronavírus ao longo do segundo semestre de 2021, a possibilidade de melhora no mercado de trabalho brasileiro seria modesta, visto que não são apresentados no horizonte programas para geração de renda e emprego e nem mesmo planos de investimento estatal ou fomento ao investimento privado com objetivo de estimular o crescimento da economia brasileira.

Nesse sentido, os dados apresentados pela PNAD Contínua referentes ao trimestre terminado em março de 2021 apresentam uma elevação do nível de um desemprego para um patamar ainda mais elevado. Além disso, é possível verificar também uma tendência de aumento da proporção dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores por conta própria, com ou sem CNPJ, e redução da proporção de pessoas ocupadas com carteira de trabalho assinada, sendo esse um movimento observado após a aprovação da Reforma Trabalhista em 2017.

### Referências

FIGLUEIRAS, V. (2019). “As promessas da Reforma Trabalhista: combate ao desemprego e Redução da Informalidade”. In KREIN, J. OLIVEIRA, R. e FIGUEIRAS, V. (Orgs.) *Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade*, pp. 13-52. Campinas-SP: Curt Nimuendajú.



---

# BOLETIM DO GRUPO FINDE

Edição quadrimestral: v.2, n.2, mai/ago de 2021.  
ISSN: 2675-7389

É uma publicação do grupo de pesquisa em **Financeirização e Desenvolvimento** que reúne reflexões acerca dos impactos sociais e econômicos no Brasil da **Pandemia do Covid-19 e implicações futuras**. As análises são apresentadas em formato de artigos e conta com a colaboração de economistas e cientistas políticos.



# FINDE

GRUPO DE PESQUISA EM  
FINANCEIRIZAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO  
Universidade Federal Fluminense

---

## SOBRE O FINDE:

O grupo de pesquisa em Financeirização e Desenvolvimento (FINDE), sediado na Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, congrega pesquisadores e alunos de pós-graduação da UFF e de outras instituições, interessados em discutir questões acadêmicas relacionadas ao avanço do processo de financeirização e seus impactos sobre o desenvolvimento socioeconômico das economias modernas.

O propósito do grupo é produzir estudos sobre como o avanço da financeirização tem transformado o ambiente macroeconômico condicionando decisões econômicas de famílias, firmas e governos, com desdobramentos sobre a dinâmica das economias no curto e no longo prazo.

A pauta de pesquisa é extensa e abarca temas da microeconomia – tomada de decisão dos agentes; funcionamento de mercados específicos; incentivos aos processos de inovação e desenvolvimento tecnológico – da macroeconomia – instabilidade financeira sistêmica; regulação do sistema financeiro; autonomia e eficácia de política econômica; assimetrias internacionais – e da interação entre estas duas dimensões analíticas.

---

## COORDENAÇÃO DO GRUPO:

**Carmem Feijó** - Professora Titular de Economia (UFF)

## VICE-COORDENAÇÃO:

**Adriano Sampaio** - Professor de Economia (UFF)

## ENDEREÇO:

R. Prof. Marcos Valdemar de Freitas Reis, s/n, Niterói  
– Faculdade de Economia, Bl F, 5º Andar

---

## CONSELHO EDITORIAL DO BOLETIM:

**Carmem Feijó** – Editora Chefe  
**Adriano Vilela Sampaio** - Editor  
**Fernanda Feil** - Editora

## EDITORES ASSOCIADOS:

Caio César de Azevedo, Daniel Consul,  
Daniel Henriques, Eduardo Mantoan, Júlia Leal,  
Linnit Pessoa e Vinicius Centeno

---

## CONTATO DAS AUTORAS E AUTORES

### Andrea Gama

andreagama@id.uff.br

### Carmem Feijó

cbfeijo@gmail.com

### Conrado Krivochein

conradokrivo@gmail.com

### Daniel Consul de Antoni

daniel.consul@outlook.com

### Eduardo Mantoan

eduardo.mantoan@hotmail.com

### Eliane Araújo

elianedearaujo@gmail.com

### Fabio Terra

fhbterra@gmail.com

### Fernando Amorim Teixeira

fernando\_tx@yahoo.com.br

### Júlia Leal

juliaa.leal@hotmail.com

### Larissa Naves de Deus Dornelas

larissand6@hotmail.com

### Linnit Pessoa

linitpessoa@gmail.com

### Luiz Fernando de Paula

luizfpaula@terra.com.br

### Mateus Coelho Ferreira

mateuscf25@hotmail.com

### Paulo Gonzaga M. Carvalho

pgmcarvalho@openlink.com.br

### Pedro Lange Netto Machado

pedrolangenm@gmail.com

### Roberta Costa

rmendes@id.uff.br

### Vinicius Brandão

v.brandao91@gmail.com

### Vinicius Centeno

vinicenteno@gmail.com

---

## MAIS INFORMAÇÕES:

E-Mail: [findeuff@gmail.com](mailto:findeuff@gmail.com)

Site: [www.finde.uff.br](http://www.finde.uff.br)

Facebook: [findeuff](https://www.facebook.com/findeuff)

Instagram: [findeuff](https://www.instagram.com/findeuff)

Twitter: [findeuff](https://twitter.com/findeuff)

Youtube: [/Financeirização Desenvolvimento](https://www.youtube.com/FinanceirizaçãoDesenvolvimento)



**FINDE**

GRUPO DE PESQUISA EM  
FINANCEIRIZAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO  
Universidade Federal Fluminense

---

## ONDE ESTAMOS:

R. Prof. Marcos Valdemar de Freitas Reis, s/n,  
Faculdade de Economia, Bl F, 5º Andar  
Gragoatá - Niterói - RJ  
24210-200

[findeuff@gmail.com](mailto:findeuff@gmail.com)

---



[www.finde.uff.br](http://www.finde.uff.br)